ATA DA 14ª Reunião do Ciclo dos Comitês Temáticos | FOPEME

INSTÂNCIA DA REUNIÃO
14ª Reunião do Ciclo dos Comitês Temáticos

DATA	HORÁRIO	LOCAL
21/07/2026	**09h30 às 17h00**	**SEBRAE/PR**
DATA	**HORÁRIO**	**LOCAL**
22/07/2026	**08h00 às 12h00**	**SEBRAE/PR**

Pautas:

- Apresentação da nova composição da Secretaria Técnica durante licença eleitoral;
- Validação dos indicadores e ações do Comitê Temático 1 no Painel de Gestão;
- Integração de serviços e sistemas dos órgãos licenciadores no Empresa Fácil;
- Automação da Consulta Prévia municipal e notificação aos municípios na Redesim;
- Reprogramação das metas do Subcomitê CGSIM e do Núcleo FOPEME / ALEP para 2027;
- Apresentação do Fundo Estratégico Soberano do Paraná pela Secretaria da Fazenda;
- Debates sobre os impactos operacionais e tributários da Reforma Tributária nas MPEs.

Instituições Participantes:

- SEIC/PR;
- SEBRAE
- AMPEC CURITIBA
- AMPEC MARINGÁ

- API - CONVIDADA
- BRDE
- CONAMPE
- FACIAP
- FAMPEPAR
- FECOMÉRCIO
- FEMPIPAR
- FOMENTO PARANÁ
- INPI
- SEAP - DECON
- SEAP - EGP
- SEIA
- AMPEC MICROPAR
- AMPEC MATINHOS
- AMPEC GRANDE CURITIBA
- AMEFOZ
- SEFA
-

Foi apresentada a alteração temporária na composição da Secretaria Técnica do Fórum, informando-se o afastamento do Secretário Técnico, Leonardo Pacheco, em razão do período de licença para concorrência eleitoral. Durante o seu afastamento, a condução e o acompanhamento das atividades do governo estadual no âmbito do Fórum ficarão sob a responsabilidade interina da Diretora de Mercados e Novos Negócios da SEIC, Mariana Jansen. Na oportunidade, foram apresentados os novos apoios e integrantes da equipe da secretaria, com destaque para a servidora Glenda.

Passou-se à validação e análise dos indicadores e ações do Comitê Temático 1 – Racionalização Legal e Burocrática constantes no Painel de Gestão. Quanto à formulação da Política Estadual de Desenvolvimento das MPEs, registrou-se que a coordenação da pauta segue sob a responsabilidade da SEIC até o retorno do titular.

No que tange à integração de serviços e sistemas dos órgãos licenciadores no Portal Empresa Fácil, contemplando módulos de renovação, fiscalização e regularização, reportou-se que as equipes da Junta Comercial do Paraná (JUCEPAR) e do SEBRAE Paraná têm enfrentado entraves tecnológicos decorrentes da incompatibilidade ou ausência de sistemas próprios em determinadas estruturas estaduais. Destacou-se que a integração junto ao Corpo de Bombeiros é a que se encontra em estágio mais avançado de desenvolvimento. Pontuou-se a necessidade de alinhar posteriormente com a

representação da JUCEPAR a adequação dos prazos frente à dependência de sistemas de terceiros.

Em relação ao projeto de automação do processo de consulta prévia de endereço nos municípios paranaenses via georreferenciamento e zoneamento, informou-se que a iniciativa abrange atualmente cento e vinte e nove municípios no âmbito da modernização da Redesim, dos quais vinte e um já concluíram integralmente o processo de automação. Expôs-se a dificuldade enfrentada junto a cerca de quarenta por cento das prefeituras participantes quanto ao envio das informações de zoneamento urbano. Ficou alinhado o envio de ofício formal concedendo o prazo improrrogável de quinze dias corridos para o fornecimento dos dados, sob pena de encerramento do atendimento individualizado pelo projeto. Como encaminhamento complementar, acolheu-se a proposta de acionar a Federação dos Contabilistas do Paraná (FECOPAR), a FAMPEPAR e os sindicatos locais de contabilistas para intercederem junto aos gestores municipais antes do encerramento dos trabalhos. Mantém-se a projeção de atingir cerca de duzentos municípios automatizados no decorrer de dois mil e vinte e seis e contemplar os trezentos e noventa e nove municípios paranaenses até o encerramento de dois mil e vinte e sete.

Ato contínuo, analisou-se a reprogramação das metas das demandas institucionais para o exercício de dois mil e vinte e sete. Diante do cenário do ano eleitoral e das limitações de articulação legislativa e administrativa no presente exercício, deliberou-se consensualmente pelo adiamento da reativação do Subcomitê Estadual do CGSIM e pela postergação das tratativas de criação do Núcleo de articulação entre o FOPEME e a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná (ALEP) para janeiro de dois mil e vinte e sete, oportunidade em que a nova composição parlamentar e a nova Mesa Diretora da Casa de Leis permitirão maior alcance e força institucional às pautas prioritárias das micro e pequenas empresas.

Dando continuidade à avaliação dos trabalhos, analisaram-se as demandas do Comitê Temático 2 – Acesso a Mercados, sob a representação da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência (SEAP) e da FEMPIPAR. Inicialmente, debateu-se a ação de incentivo às compras locais e regionais com foco no desenvolvimento municipal, prevendo-se a aprovação e renovação do Pacto II junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE/PR) para dois mil e vinte e sete. Detalhou-se o andamento do levantamento dos principais pontos do pacto sob a responsabilidade de Wellington de Paula (SEAP-DECON), prevendo-se o agendamento de reunião junto ao TCE/PR em dois mil e vinte e sete para renovação do pacto e repasse de orientações aos Comitês Territoriais e municípios paranaenses.

Ainda no âmbito do Comitê Temático 2, apresentou-se a demanda voltada ao aumento da representatividade das MPEs nas licitações municipais por meio da implementação de indicadores chave de desempenho (KPIs) e objetivos e resultados chave (OKRs). Informou-se a criação de um grupo de trabalho entre a SEAP e o SEBRAE para o desenvolvimento dos indicadores com base nos dados do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) do exercício de dois mil e vinte e cinco, visando possibilitar e ampliar a contratação pública junto aos mais de um milhão e seiscentos e trinta e nove mil possíveis

fornecedores paranaenses. Na sequência, tratou-se da estruturação de ações para a criação de Centrais de Negócios e Sociedades de Propósito Específico (SPE) visando negócios conjuntos, demanda conduzida por Aristides Mossambani (FEMPIPAR). Registrou-se que a equipe de articulação alinhará com cada entidade a necessidade e o diagnóstico de ter uma central por entidade, avançando no mapeamento das AMPECs e no desenho de modelos jurídicos operacionais para aprovação no Fórum até dois mil e vinte e sete. Por fim, abordou-se o fomento ao credenciamento de Microempreendedores Individuais (MEIs) para compras públicas na plataforma Contrata Mais Brasil, prevendo-se o alinhamento junto à SEAP quanto à plataforma de credenciamento e a inclusão do tema nas diretrizes do Pacto II, visando monitorar o número de empresas credenciadas, participantes e vencedoras nos certames até dois mil e vinte e sete.

Avançando na pauta, apresentaram-se as deliberações do Comitê Temático 3 – Tecnologia e Inovação, sob a representação da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI), da Secretaria de Estado da Inovação, Modernização e Transformação Digital (SEIA), Fundação Araucária, Instituições de Ensino Superior Estaduais (UEL, UEM, UEPG, Unioeste, Unicentro, UENP e Unespar), UFPR, UTFPR (Pato Branco) e AMPEC Maringá. Destacou-se inicialmente o Programa ARI (Agente Regional de Inovação), sob a responsabilidade de Marcelo Rodrigues (SETI), com o objetivo de formar cinquenta profissionais especializados, via edital e com bolsas de trinta meses, para atuarem junto aos Núcleos de Inovação Tecnológica nas sedes das AGEUNIs e fortalecer os ecossistemas regionais. Relatou-se, ainda, a proposta do Paraná Empreende Mais (PEM), também sob condução da SETI, prevendo a oferta de seis cursos em microcredenciais e oficinas práticas presenciais e EAD para capacitarem empresários e MEIs em vinte e quatro meses, ressaltando-se que o programa se encontra em fase de aprovação interna com cronograma e vagas sujeitos a ajustes finais.

Ainda no âmbito do Comitê Temático 3, Julio Cesar de Oliveira (SEIA) apresentou o andamento do Programa de Conectividade Rural, focado na expansão da infraestrutura digital (torres, antenas e backhaul) em microrregiões de baixo IDH e alto valor agropecuário até dezembro de dois mil e vinte e seis, mantendo a governança e o monitoramento via BI Territorial com suporte do FUST, GESAC e parcerias privadas. Por fim, Eliane Bento (AMPEC Maringá) expôs a demanda de realização de oficinas para análise de editais de inovação e orientação para submissão de propostas, visando capacitar cem por cento das AMPECs até dois mil e vinte e seis. Destacou-se a articulação das oficinas de captação de recursos junto ao SEBRAE e a FAMPEPAR para aproximação entre MPEs e os Institutos de Ciência e Tecnologia (ICTs) regionais.

Na sequência, apreciaram-se as pautas do Comitê Temático 4 – Investimento, Financiamento e Crédito, representado pela Fomento Paraná, Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) e AMPECs. No âmbito da Fomento Paraná, sob a responsabilidade de Renato Maçaneiro, registrou-se o encerramento formal, a pedido do responsável, das demandas anteriores relativas à oferta de microcrédito orientado com avalista familiar de até R$ 5.000,00 para MEIs e à criação/disponibilização de edital com capacitação e orientação para as AMPECs. Quanto às ações vigentes, relatou-se a

manutenção do volume de microcrédito e o aprimoramento na concessão por meio da rede de agentes de crédito, mantendo a meta de valores e quantidade de empreendedores liberados igual ao exercício de dois mil e vinte e cinco no primeiro semestre de dois mil e vinte e sete. Em complemento, apresentou-se a meta de credenciar cem por cento das AMPECs como correspondentes da Fomento Paraná até dois mil e vinte e seis, garantindo pelo menos uma unidade credenciada por associação.

Ainda sobre o Comitê Temático 4, Thais Grandi (BRDE) apresentou a evolução da plataforma de acesso a crédito simplificado para tickets inferiores com flexibilização de garantias, reportando que a instituição já atingiu quarenta e oito processos liberados, somando seis milhões e trezentos mil reais, mantendo-se firme na meta de alcançar cinquenta contratos aprovados em dois mil e vinte e seis com acompanhamento rigoroso da inadimplência. Pela SEIC, sob coordenação de Leonardo Pacheco, destacou-se a alocação de agentes de crédito na própria secretaria para atendimento às demandas das AMPECs e da SEIC, por meio de convênio com a Fomento e capacitação de pessoal, prevendo a execução de vinte operações de crédito finalizadas até o encerramento de dois mil e vinte e seis. Por fim, informou-se o andamento da proposta de alteração da Lei Estadual de número 21.181/2018 para redistribuição dos recursos arrecadados com o Programa Paraná Competitivo, que se encontra em fase de elaboração de parecer técnico conjunto entre SEIA e Fomento Paraná para posterior protocolo da minuta na Casa Civil, visando a publicação da nova lei até dois mil e vinte e sete.

Avançando para as ações do Comitê Temático 5 – Educação, Formação e Capacitação Empreendedora, representado pela Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda (SETR) e AMPEC Maringá, apresentaram-se os projetos voltados ao desenvolvimento de competências empreendedoras e à articulação comunitária. Sob a responsabilidade de Suelen Glinski (SETR), detalharam-se quatro iniciativas estratégicas: a qualificação de usuários das Agências do Trabalhador por meio do Termo de Cooperação nº 003/2022 (vigente até 2026 e integrado por SETR, SEIC, SENAI/SESI e SENAC/FECOMÉRCIO); a formação empreendedora para servidores e agentes públicos em parceria com SEBRAE, Escola de Gestão e INPI; a oferta de materiais de empreendedorismo e propriedade industrial no ensino básico com SEED e INPI pelo programa Aluno de Sucesso (2025–2026); e a edição bimestral do caderno de boas práticas das AMPECs no portal do FOPEME e em reuniões ordinárias. Registrou-se a deliberação de agendar reunião de alinhamento para essas pautas com Suelen Glinski, Bruna Nalepa e Marina Bastos.

Ainda no Comitê Temático 5, Liza Fortes (SETR) apresentou o curso de qualificação de 94 horas em Economia Criativa (Upcycling) alinhado ao Paraná Competitivo, com a meta de atender 50 cidades em parceria com as AMPECs. Pela AMPEC Maringá, Eliane Bento detalhou o plano de ação para mapear, formalizar e implementar parcerias com entidades locais (SENAI, SEBRAE, universidades e prefeituras) visando ampliação do suporte empresarial, além do projeto de eventos de conexão e rodadas de negócios mobilizando a SEED e as AMPECs para atingir mais de 300 empreendedores, MEIs e MPEs com acompanhamento do aumento de vendas e de parcerias firmadas.

Na sequência da pauta, a representação da Secretaria de Estado da Fazenda (SEFA), por meio do servidor Augusto Zanardini, realizou uma exposição detalhada sobre a estrutura e o funcionamento do recém-criado Fundo Estratégico Soberano do Paraná. Esclareceu-se que o fundo foi concebido para conferir competitividade e suporte econômico ao Estado em substituição aos modelos tradicionais do ICMS e do programa Paraná Competitivo diante do novo cenário da Reforma Tributária. Detalhou-se que o Fundo Soberano é estruturado em três reservas distintas: a Reserva de Enfrentamento de Desastres, com teto fixado em trezentos e cinquenta milhões de reais em ativos de alta liquidez para socorro rápido após a ocorrência de calamidades; a Reserva de Sustentabilidade Fiscal, destinada a assegurar uma disponibilidade de caixa superior a cinco por cento da receita corrente do Estado; e a Reserva de Investimento Estratégico, sem limite de teto, voltada ao financiamento de projetos estruturantes, inovação e exportação com foco prioritário em Pequenas e Médias Empresas (PMEs). Explicou-se que os aportes do fundo decorrem de parcela dos rendimentos das aplicações de caixa do Estado, da alienação da folha de pagamento ao Banco do Brasil e de operação de crédito aprovada junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) no montante de cem milhões de dólares para dois mil e vinte e sete, prevendo-se o pleno funcionamento e operação dos produtos a partir de dois mil e vinte e sete. Na oportunidade, a servidora Juliano Spina Ramos, da Diretoria do Tesouro da SEFA, colocou a equipe técnica à disposição dos Comitês do FOPEME para apoio aos projetos em andamento.

Abrindo espaço às manifestações gerais da mesa, as lideranças das entidades representativas debateram os impactos operacionais e tributários da Reforma Tributária nas MPEs. Ercílio Santinoni externou preocupação com o aumento da complexidade na rotina dos pequenos negócios e dos Microempreendedores Individuais (MEIs), citando o impacto do cumprimento de novas obrigações acessórias, retenção na fonte de impostos (IR, PIS, COFINS, CSLL) e o encerramento gradual da DIRF com a migração para as rotinas do eSocial e da EFD-Reinf. Pontuou-se que essas exigências oneram os escritórios de contabilidade e aumentam o risco de informalidade, reforçando a necessidade de o FOPEME atuar junto aos órgãos arrecadadores na defesa da simplificação tributária. Prestou-se, ainda, uma homenagem póstuma ao colaborador Marcão, destacando sua dedicação ao movimento associativo e às causas das MPEs.

Como encaminhamentos finais, a Secretaria Técnica definiu as seguintes prioridades: formalização das novas metas de 2027 para o CGSIM e Núcleo ALEP (CT1); envio de ofícios sobre a Redesim (CT1); alinhamento do Pacto II e credenciamento (CT2); monitoramento de bolsas, conectividade e editais (CT3); acompanhamento do crédito e da alteração legislativa do Paraná Competitivo (CT4); agendamentos com a SETR e acompanhamento das capacitações e eventos (CT5); além da consolidação final dos dados para os materiais visuais do Painel de Gestão.

Nada mais havendo a tratar, a secretaria técnica agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião.